



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Escola do Poder Judiciário

EDITAL Nº 105/2024

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

O Desembargador **Elcio Mendes**, Diretor da Escola do Poder Judiciário – ESJUD, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a legislação pertinente, faz saber pelo presente Edital que as inscrições estarão abertas para o Seminário: "**Reconhecimento de Pessoas em Processos e Procedimentos Criminais: Justiça e Direitos Humanos**", conforme as regras determinadas a seguir.

1. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Seminário: Reconhecimento de Pessoas em Processos e Procedimentos Criminais: Justiça e Direitos Humanos.

1.2. Modalidade: Presencial para unidades de Rio Branco, com transmissão pelo *Google Meet* para unidades do interior.

1.3. Carga horária: 2 horas-aula.

1.4. Realização: 20 de junho de 2024 (das 13h às 15h - Horário do Acre).

1.5. Local de realização: Palácio da Justiça – Com transmissão pelo *Google Meet*.

1.6. Inscrições: 03 a 14 de junho de 2024.

1.7. Será considerado(a) REPROVADO(A) o(a) aluno(a) que NÃO obtiver 100% de frequência no curso.

1.8. GAR: O curso está em consonância com os normativos que fixam indicadores para a concessão da GAR, por ser uma ação educacional promovida pela ESJUD.

1.9. Formadoras(es):

Coordenação Científica: Coordenação Científica: Prof. Dr. Tiago Gagliano Pinto Alberto e Mestrando Gustavo Sirena – mestrando do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Universidade Federal do Tocantins.

Tiago Gagliano Pinto Alberto – Pós-doutor em Filosofia (Ontologia e Epistemologia) na PUC-PR. Pós-doutor em Psicologia Cognitiva na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Pós-doutor em Direito pela Universidad de León/Espanha. Pós-doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR), da Escola da Magistratura do Estado do Paraná (EMAP), da Escola da Magistratura Federal em Curitiba (ESMAFE), da Academia Judicial de Santa Catarina, da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e da Escola da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC), da Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre, da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco e da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Maranhão. Formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM. Pesquisador estrangeiro do grupo de pesquisa "Discrecionalidad judicial y debido proceso", liderado pelo Professor Doutor Juan Antonio García Amado. Líder do grupo de Pesquisa Neurolaw (estudos interdisciplinares entre Direito e Neurociências). Juiz de Direito Titular da 4ª Turma Recursal do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Mariana Py Muniz – Doutora em Ciências Sociais pela PUCRS (2021). Bolsista CAPES. Mestre em

Ciências Criminais pela PUCRS (2013). Especialista em Ciências Penais pela PUCRS (2010). Especialista em Direito Privado pela UNISINOS (2004). Possui graduação em bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1999). É Defensora Pública desde 2006 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Atualmente, integra a diretoria da ANADEP, enquanto diretora tesoureira, biênio 2021/2023 e 2023/2025. Foi eleita para o mandato de Conselheira de 2018/2020 - Conselho Superior da Defensoria Pública do RS. Foi Dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Coordenadora do Centro de Referência de Direitos Humanos da Defensoria Pública do RS, de abril de 2016 a janeiro de 2018. Em 2016, enquanto Coordenadora do CRDH, o trabalho do Centro na Categoria Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, foi agraciado com o Prêmio Direitos Humanos, na sua 22 edição, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania do Governo Federal. Foi Coordenadora da Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul de 2016 a 2021. Foi assessora técnica junto a Comissão de Cidadania e de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, presta assessoria técnica junto ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Representou o CONDEGE junto ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Foi representante pela Defensoria Pública junto ao Conselho Estadual de Direitos Humanos do RS. É presidente da Rede de Direitos Humanos do Sistema de Justiça e Segurança do Estado do RS. Professora da FESDEP - Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Foi Professora da Graduação do Direito nas Faculdades Integradas São Judas Tadeu. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Criminologia, Direito Penal e Processo Penal. Membro do Grupo de Pesquisa Processo Penal Contemporâneo - PUCRS. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal - GPESC. Associada do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM. Foi colunista do Canal Ciências Criminais. A docente integrou o grupo de trabalho Reconhecimento de Pessoas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que deu base à elaboração da minuta da Resolução CNJ 484/2022.

Mário Henrique Ditticio – Assessor jurídico do Programa Fazendo Justiça (PNUD/CNJ). Ex-assessor de Ministro no Supremo Tribunal Federal. Ex-Defensor Público do Estado de São Paulo. Mestre em Direito Penal e Criminologia pela Universidade de São Paulo (USP).

1.10. Realização: O seminário é promovido pela Universidade Federal do Tocantins, Escola Superior da Magistratura Tocantinense e Escola do Poder Judiciário do Estado do Acre.

2. DO PÚBLICO-ALVO

2.1. Público-Alvo:

- **Público-Alvo Prioritário:** Alunos(as) do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos - Turma Norte, Magistrados(as), Assessores(as) e Servidores(as) do Tribunal de Justiça do Acre.

2.2. Número de Vagas: 50 (cinquenta).

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. No período de 03 a 14 de junho de 2024 estarão abertas as inscrições para o Seminário: **Reconhecimento de Pessoas em Processos e Procedimentos Criminais: Justiça e Direitos Humanos.**

3.2. A inscrição será realizada no Sistema EmeronWeb, diretamente no [link https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml](https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml).

3.3. Para receber a confirmação da inscrição, o(a) participante deverá informar um número de *WhatsApp* no momento da inscrição no Sistema EmeronWeb.

3.4. A Gerência da Administração de Ensino – GEADE fará o controle de frequência dos(as) alunos(as) mediante registro de presença no próprio sistema.

3.5. Ao final da ação educacional, a Gerência da Administração de Ensino – GEADE fará os devidos registros no Sistema para a certificação do(a) aluno(a).

4. DA AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

4.1. Terá direito ao certificado de participação no curso o(a) aluno(a) que obtiver a carga horária de 100% (cem por cento).

4.2. O(a) concludente obterá o certificado no Sistema EmeronWeb, na área do(a) aluno(a), acessando o link <https://escola.tjac.jus.br/emeronWeb/externas/inscricoes/listar.xhtml>.

4.3. Para efeito de certificação serão considerados(as) os(as) participantes que efetuarem o cadastro e inscrição no Sistema EmeronWeb e obtiverem frequência mínima descrita no item 4.1.

5. DA ESTIMATIVA DE GASTOS PARA A REALIZAÇÃO DO TREINAMENTO

5.1. O curso está com orçamento previsto de R\$ 900,00 (novecentos reais), referente ao pagamento dos formadores.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. O cancelamento de inscrição poderá ser feito pelo participante até 48 (quarenta e oito) horas antes da data do início da ação educacional, mediante envio dessa solicitação ao e-mail da Gerência de Administração de Ensino – GEADE: geade@tjac.jus.br.

6.2. A Gerência de Administração de Ensino - GEADE será responsável pelo monitoramento da frequência do(a) aluno(a).

6.3. Eventuais omissões verificadas neste Edital serão sanadas pela Direção da Escola do Poder Judiciário do Acre – ESJUD.

Cronograma

DATA	HORÁRIO	LOCAL	ETAPA
27 de maio de 2024.	8h	https://esjud.tjac.jus.br	Publicação do Edital.
De 03 a 14 de junho de 2024.	—	https://esjud.tjac.jus.br	Período de divulgação e inscrições.
20 de junho 2024, 13h às 15h.		Palácio da Justiça - Com transmissão pelo <i>Google Meet</i> para unidades do interior.	Seminário: Reconhecimento de Pessoas em Processos e Procedimentos Criminais: Justiça e Direitos Humanos.



Documento assinado eletronicamente por **Elcio Sabo Mendes Junior**, Diretor, em 24/05/2024, às 11:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **1796956** e o código CRC **87E9BC20**.
